

A necessidade de enfrentar os oligopólios

Próximo governo deve criar órgão para acompanhar fusão e impedir cartéis

LUIZ SCHYMURA

Qualquer governo que assumir o poder em 1995 vai se defrontar com o problema da oligopolização da economia. Até hoje, o governo adotou medidas erradas para acabar com o abuso do poder econômico dos cartéis. Os administradores públicos sempre estiveram mais preocupados com a subida de preços do que em atacar o abuso dos oligopólios e monopólios que controlam realmente os preços.

A primeira medida que deveria ser tomada é a criação de uma comissão para julgar toda e qualquer fusão realizada no mercado. Se uma empresa tem mais do que uma determinada faixa do mercado a aquisição ou fusão com outra empresa deveria passar pela aprovação de uma comissão, que poderia ser até o Cade, ligado à Secretaria de Defesa Econômica. Atualmente o Cade existe mas não tem a atribuição do combate explícito aos monopólios.

Essa é uma medida que não tem cunho ideológico. Qualquer governo de qualquer partido pode e deve adotar essa medida como medida saneadora da economia. Quando tem um monopólio, há um empre-

sário ganhando muito dinheiro. Esse lucro que fica concentrado na mão nesse empresário poderia ser mais distribuído. Se a firma fosse competitiva, o preço seria mais baixo e o valor do lucro seria dividido por todos os consumidores. É uma questão fundamental para a distribuição de renda. A experiência internacional mostra que os oligopólios são menos eficientes na produção do que as firmas competitivas. O monopolista tem chance de ser ineficiente, enquanto empresa competitiva tem que ser eficiente.

Os representantes do governo atribuem às grandes empresas a responsabilidade pelo aumento de preços, mas toda vez que a inflação sobe, eles pegam um "bode expiatório" de um setor oligopolizado — indústria automobilística ou de remédios, por exemplo — e os responsabiliza pela inflação. Entretanto, dentro de uma economia como a brasileira existem várias empresas responsáveis pela inflação.

A inflação não é calculada pela média dos preços? Portanto, há um conjunto de empresários que marjoram os seus preços, e não apenas um único setor. Se tivéssemos que apontar um verdadeiro culpado pela inflação o poder público é que seria responsabilizado, pois é ele que tem como acabar com o déficit público. Todas as leis existentes para punir o abuso do poder econômico têm por objetivo coibir os aumentos

injustificados de preços, mas não atacam a raiz do problema. Esse controle tem sido feito da maneira mais diversa: prende-se empresários e aplica-se pesadas multas, por exemplo. A literatura econômica moderna demonstra, entretanto, que esses mecanismos não coíbem os cartéis a deixarem de praticar preços abusivos.

Na verdade, o governo que quisesse controlar as empresas teria de saber sobre a função de produção. Ela consiste em saber o quanto gasta uma empresa em matéria—prima e em recursos humanos (os insumos). Com isso, o poder público saberia os motivos pelos quais uma empresa aumenta os seus preços. O governo se informaria exatamente se a empresa estava marjorando os preços ou aumentando os preços por motivos reais: como o aumento dos preços das matérias—primas e a subida dos salários. Conhecendo isso, o governo poderia efetuar o controle. Essa função de produção, porém, não é revelada pelos empresários que, na maioria das vezes, tem demonstrar os seus reais gastos. É de interesse dos oligopolistas mostrar para o governo e para a fiscalização que subiu os preços por causa da produção, quando não é a realidade. O resultado acaba sendo esse: o governo não tem acesso a esses números e os empresários têm interesse em não fornecê—los. O que se vê é o empresário chorando

pelos preços. Isso faz parte da sua estratégia.

A experiência americana demonstra que não é fazendo o controle de preços que um país vai conseguir acabar com os cartéis da economia. Os norte—americanos viram que o controle é ineficaz e passaram a impedir a formação dos oligopólios, com a lei antitruste, a Lei Sherman. Se isso fosse adotado no Brasil, uma empresa que quisesse comprar uma outra menor teria de ser analisada pelo governo para que fosse impedido prejuízo à economia. Um órgão especial, a Justiça por exemplo, decidiria se haveria ou não a fusão das duas empresas. É exatamente dessa forma que acontece nos Estados Unidos.

Temos de ter uma lei antitruste porque só assim vamos impedir que os oligopólios e monopólios parem de comandar a economia. A privatização das estatais no Brasil é um exemplo de como se caminha no sentido contrário aos americanos. Naquele país, certamente algumas firmas seriam impedidas de participar de qualquer privatização, se

isso fosse indicar a formação de um cartel.

Nesse anos todos, o controle de preços não foi suficiente. Fez—se apenas um estardalhaço, mas nada aconteceu. O ponto central é começar a pensar em médio prazo e proibir definitivamente a existência de oligopólios ou monopólios no Brasil, através da criação de uma legislação efetiva de combate ao abuso do poder econômico. Na lei americana, o Sherman e Clayton Act é

proibido, por exemplo, uma participação além de determinados limites no mercado. Esse limite é determinado caso a caso pelas "rules of reason".

Um outro mecanismo que o governo brasileiro adota e que não serve para atacar o ponto central da economia é a redução das alíquotas de importação, assim como já foi adotado para

vários produtos importados. Esse mecanismo não é saudável porque tem um efeito macro—econômico. É uma estratégia de política econômica, e não para resolver o problema do abuso de poder. Além disso, essa alternativa não deve ser usada à toa: é um mecanismo que demora

a surtir efeito e tem grandes efeitos colaterais. A alternativa deve ser tomada apenas em casos em que o governo quer aumentar a importação e deve atingir todas as mercadorias. Quando se adota esse mecanismo acaba—se por prejudicar a balança comercial e há uma enorme evasão de dólares.

■ Luiz Guilherme Schymura de Oliveira é professor de pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas

RESUMO

■ Qualquer governo que assumir em 95 irá se defrontar com a oligopolização da economia.

■ É preciso criar uma comissão para julgar fusões no mercado.

■ O culpado pela inflação é o poder público.

■ Não é controlando preços que se acaba com os cartéis.

■ É preciso que haja uma lei antitruste para impedir os oligopólios de comandar a economia.